

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.426.788 - RS (2019/0004952-9)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **REPRIVAN REPRESENTACOES LTDA - ME**
ADVOGADOS : **LAURO DIVINO CECCATO FILHO - RS022286**
ADRIANA MARA VENDRUSCOLO E OUTRO(S) - RS067764
AGRAVADO : **COLORFIT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**
ADVOGADOS : **DIEGO DA SILVA BRAGA - RS049150**
VITOR AZAMBUJA DE CARVALHO E OUTRO(S) - RS0067501

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por REPRIVAN REPRESENTAÇÕES LTDA. - ME contra r. decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de v. acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim ementado (fl. 539):

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE COMISSÕES C/C PEDIDO INDENIZATÓRIO. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. CONTRATO VERBAL. RESCISÃO CONTRATUAL. Cabe a parte autora provar o fato constitutivo de seu direito. Prova carreada no sentido de justificar a rescisão contratual por desídia do representante comercial. EXCLUSIVIDADE. Inexistência de provas nos autos de que o representante tinha direito de exclusividade sobre a área de atuação invocada. Impossibilidade de presunção, na hipótese em comento. Artigo 31, parágrafo único, da Lei nº 4.886/65. DIFERENÇA DE COMISSÕES. Não comprovada a alegada existência de diferenças de comissões devidas pela demandada. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.”

Nas razões do recurso especial (art. 105, III, alínea "a" e "c", da CF/88), apontou a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 373, inc. I, do CPC/15, arts. 212, 422, 711 do Código Civil. Afirmou que a legislação de regência garante a presunção de exclusividade quando firmado contrato de representação comercial. Defendeu que comprovou nos autos por meio de documentos que era a única representante do produto na região sul, o que não se alterou pelo falecimento de seu sócio. Sublinhou que o testemunho colhido nos autos confirma a exclusividade que foi negada nas instâncias de origem sobre o estado do Rio Grande do Sul. Destacou que a parte ré não se desincumbiu do ônus de provar o fato obstativo de seu direito. Anotou haver dissídio jurisprudencial.

Foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, conforme fls. 596-606.

O Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial (fls. 608-628).

Contra aludida decisão, o recorrente interpõe o agravo (fls. 630-649).

Consta contraminuta de agravo às fls. 653-663.

É o relatório.

DECIDO.

2. Compulsando os autos, observa-se que a parte agravante sustentou em seu recurso especial haver ofensa ao disposto nos arts. 373, inc. I, do CPC/15, arts. 212, 422, 711 do Código Civil, pois: (i) a legislação de regência garante a presunção de exclusividade quando firmado contrato de representação comercial; (ii) comprovou nos autos por meio de documentos que era a única representante do produto na região sul, o que não se alterou pelo falecimento de seu sócio; (iii) o testemunho colhido nos autos confirmou a exclusividade que foi negada nas instâncias de origem sobre o estado do Rio Grande do Sul; e (iv) a parte ré não se desincumbiu do ônus de provar o fato obstativo de seu direito.

Não obstante, sobre o tema, o v. acórdão recorrido assim consignou expressamente (fls. 543-546):

“Com efeito, segundo disposto no art. 373, inc. I, do Código de Processo Civil, incumbe a parte autora a prova do fato constitutivo de seu direito, ônus do qual não se desincumbiu, não existindo elementos capazes de provar que a rescisão ocorreu por vontade da representada. Sem tal comprovação, única responsabilidade da autora, não há como lhe conceder a indenização, aviso prévio. Pela análise das provas acostadas aos autos, tem-se que a representação comercial não teve continuidade por desídia da representante, em razão da sua inércia. Neste sentido, importante o depoimento de Allison Casagrande, prestado como informante (cópia do CD, fl. 451), o qual declarou que era melhor amigo do de cujus Ilson Czolpinski, sócio da empresa autora, cujos termos restaram transcritos pela v. sentença de fls. 480-v/481, in verbis: (...) Ainda, a cópia das correspondências eletrônicas trocadas entre as partes, fls. 56/59, na qual a REPRIVAN REPRESENTAÇÕES LTDA - ME manifesta o seu interesse em manter a representação junto a representada, o qual obteve retorno positivo, na medida em que a COLORFIT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA respondeu nos seguintes termos: "Informamos que nada temos a opor para que a empresa representada por V. Sa., possa nos representar nesta comarca, juntamente com os demais representantes da região." Ademais, o fato da representada ter permitido que a empresa Casagrande Negócios, de propriedade do Sr. Allison, atue-se no Estado do Rio Grande do Sul, não caracteriza quebra contratual, tendo em vista que a autora não detinha a exclusividade da região. Ressalta-se que a relação de representação entre as partes era verbal, assim para que fosse possível se reconhecer a exclusividade, deveria haver prova que evidenciasse essa situação, já que a exclusividade não se presume, nos termos do parágrafo único do art. 31 da Lei 4.886/65: Art. 31. Prevendo o contrato de representação a exclusividade de zona ou zonas, ou quando este for omissivo, fará jus o representante à comissão pelos negócios aí realizados, ainda que diretamente pelo representado ou por intermédio de terceiros. Parágrafo único. A exclusividade de representação não se presume na ausência de ajustes expressos. Assim, ao que tudo indica, a parte autora busca beneficiar-se de sua própria torpeza, tendo em vista restou inerte na relação contratual havida entre as partes, e agora pretende a indenização das verbas rescisórias, supostamente devidas. Por fim,

quanto ao pagamento das comissões, igualmente, a parte autora não acostou aos autos documentos que demonstrem a existência de comissões remanescentes a serem pagas ou a ocorrência de pagamentos a menor.”

3. Ressalte-se que, quanto aos elementos da fundamentação supramencionados, os quais foram extraídos do v. acórdão recorrido, a agravante nada opôs especificamente sobre haver documentos que indicaram haver mais de um representante do produto no mercado do Rio Grande do Sul.

Com efeito, o v. acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e a agravante não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

Por conseguinte, a subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.”

4. Ademais, denota-se do acima exposto que os argumentos apresentados em sede de recurso especial desafiaram as premissas fáticas adotadas no v. acórdão recorrido, situação processual que esbarra no óbice da Súmula nº 7/STJ. Evidentemente, que o reexame da aludida questão demandaria revolvimento do arcabouço fático-probatório colacionado aos autos.

Nesse sentido há precedentes na jurisprudência desta Corte Superior de Justiça que expressamente reservam às instâncias ordinárias a definição de haver ou não direito à exclusividade no contrato de representação comercial, a depender das circunstâncias do caso concreto, ressaltando que não se trata de pretensão que se possa sindicá-la no âmbito do recurso especial, a exemplo dos julgados cujas ementas a seguir vão colacionadas:

“AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. ZONA DE ATUAÇÃO. EXCLUSIVIDADE. CONTRATO OMISSO. POSSIBILIDADE DE PRESUNÇÃO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO POR OUTROS MEIOS. NÃO OCORRÊNCIA NA HIPÓTESE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. Verifica-se que o Tribunal de origem analisou todas as questões relevantes para a solução da lide, de forma fundamentada, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional. 2. O entendimento recente desta Corte é no sentido de ser "possível presumir a existência de exclusividade em zona de atuação de representante comercial quando: (i) não for expressa em sentido contrário; e (ii) houver demonstração por outros meios da existência da exclusividade" (REsp 1634077/SC, Rel. Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, julgado em 9/3/2017, DJe 21/3/2017). 3. A modificação da conclusão

delineada no acórdão recorrido - acerca da não comprovação da exclusividade da representação comercial por outros meios - demandaria necessariamente o revolvimento dos fatos e das provas dos autos, atraindo, assim, o óbice disposto na Súmula 7/STJ. 4. Agravo interno desprovido.”

(AgInt nos EDcl no REsp 1458941/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 18/06/2018).

“RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. MULTA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 538 DO CPC. TERCEIROS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CARÁTER PROTETÓRIO. CABIMENTO. RITO SUMÁRIO. QUESTÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL. SOLUÇÃO DA PREJUDICIAL INCIDENTER TANTUM. POSSIBILIDADE. APELAÇÃO. QUESTÃO NÃO DEVOLVIDA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DE OFÍCIO. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. CONTRATO VERBAL. EXCLUSIVIDADE DE ZONA DE ATUAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PRESUNÇÃO. INDENIZAÇÃO PELA RESCISÃO UNILATERAL. 1/12 DA RETRIBUIÇÃO AUFERIDA DURANTE O TEMPO DE EXERCÍCIO DA REPRESENTAÇÃO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. NÃO INTERFERÊNCIA NA BASE DE CÁLCULO. 1. Não há ofensa ao art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, integrado pelo julgado proferido nos embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais. 2. O oferecimento de terceiros embargos declaratórios que se voltam contra o resultado do julgamento, e não contra vícios existentes no julgado embargado, configura a hipótese prevista no parágrafo único do art. 538 do CPC, atraindo a aplicação de multa. 3. Conquanto, no rito sumário, não seja admitida ação declaratória incidental, o exame de questões prejudiciais à solução do mérito, adotado como motivação do julgado, não viola o rito procedimental, resultando apenas em que essas questões, assim decididas, não terão a cobertura da coisa julgada. 4. Não implica ofensa ao princípio tantum devolutum quantum apelatum o exame pelo Tribunal da prescrição incidente sobre parcela do pedido não impugnada expressamente na apelação, por tratar-se de matéria de ordem pública. 5. No contrato verbal de representação comercial, não há falar em presunção relativa de exclusividade de zona de atuação. 6. O prazo prescricional de cinco anos para o representante comercial pleitear os direitos que lhe são garantidos pela Lei n. 4.886/1965 (parágrafo único do art. 44) não interfere na base de cálculo da indenização prevista no art. 27, alínea "j", do mesmo diploma legal. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e provido em parte.”

(REsp 1274569/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/05/2014, DJe 19/05/2014).

“PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO. EMBARGOS

DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. RESCISÃO IMOTIVADA. EXCLUSIVIDADE. CONTRATO VERBAL. POSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME DE PROVA. 1. Inocorrência de maltrato ao art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, ainda que de forma sucinta, aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos deduzidos pelas partes. 2. Possibilidade da demonstração da existência de cláusula de exclusividade mesmo em contratos de representação firmados verbalmente, admitindo-se a respectiva prova por todos os meios em direito admitidos. Aplicação do art. 212 do CC/02 c/c os arts. 400 e segs. do CPC. Doutrina e jurisprudência desta Corte acerca do tema. 3. Estabelecida, no caso concreto, pelo acórdão recorrido a premissa de que o ajuste de representação comercial vigorava com cláusula de exclusividade, confirmada por prova testemunhal, inarredável a conclusão de que houve rescisão imotivada do contrato, pela contratação de novo representante para atuar na mesma zona anteriormente conduzida pela recorrida. 4. Inviável a análise da pretensão relativa ao afastamento das conclusões acerca da exclusividade da representação, por óbice das Súmulas 5 e 7/STJ. 5. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO, PORÉM, NÃO PROVIDO.”

(REsp 846.543/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/04/2011, DJe 11/04/2011).

5. Outrossim, ainda que fosse possível superar referido óbice, mister reconhecer que, uma vez aplicada a Súmula 7/STJ quanto à alínea a, fica prejudicada a divergência jurisprudencial, pois as conclusões divergentes decorreriam das circunstâncias específicas de cada processo e não do entendimento diverso sobre uma mesma questão legal.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. LIMITAÇÃO AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PROPRIEDADE. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458 E 535 DO CPC. DEVIDA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 524 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. DIREITO DE INDENIZAÇÃO DE ÁREA DECLARADA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DA DECISÃO A QUO POR ESTA CORTE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO. 1. (...) 2. (...) 3. A análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada em razão da aplicação do enunciado da Súmula 7/STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o aresto combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram, não em razão de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, em razão de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 16.879/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/04/2012, DJe

27/04/2012) [g.n.].

Na mesma linha: REsp 1.086.048/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, julgado em 21/06/2011, DJe de 13/09/2011; EDcl no Ag 984.901/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 16/03/2010, DJe de 05/04/2010; AgRg no REsp 1.030.586/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 30/05/2008, DJe de 23/06/2008.

5. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator

